



**9º Encontro Internacional de Política Social**  
**16º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises**  
**Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023**

---

Eixo: Fundamentos teóricos da Política Social.

**O familismo no governo Bolsonaro e os impactos na política social**

**Claudio Horst<sup>1</sup>**  
**Guilherme Santos Castilho<sup>2</sup>**  
**Luisa Duarte Torres Alves<sup>3</sup>**

**Resumo:** O objetivo do artigo é desvelar o caráter familista da proteção social construída ao longo do governo Bolsonaro a fim de identificar a particularidade do familismo da extrema direita. Armandando-se da lógica do familismo, que visa a culpabilização das famílias pelas intempéries advindas da sociabilidade capitalista, o Governo Bolsonaro, sob o discurso da ‘defesa da família’, acentuou o caráter familista da política social no país, alinhado à investida privatista do Estado ultraliberal frente ao provimento da proteção social.

**Palavras-chave:** Política Social. Familismo. Neoconservadorismo. Governo Bolsonaro.

**Familism in the Bolsonaro Government and Impacts on Social Policy**

**Abstract:** The aim of the article is to uncover the family character of social protection built along the Bolsonaro government in order to identify the particularity of the familism of the extreme right. Arming itself with the logic of familism, which aims to blame families for the intine coming from capitalist sociability, the Bolsonaro Government, under the discourse of 'defense of the family', accentuated the family character of social policy in the country, aligned with the privatist onslaught of the ultraliberal State in the face of the provision of social protection.

**Keywords:** Social Policy. Familism. Neoconservative. Governo Bolsonaro.

**1. INTRODUÇÃO**

*“Eu vejo o futuro repetir o passado. Eu vejo um museu de grandes novidades”  
(Cazuza – O tempo não para).*

O artigo é fruto das reflexões elaboradas no âmbito da pesquisa “Neoconservadorismo e Familismo no Brasil Contemporâneo: Tendências Político Pedagógicas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos”, que tem como objetivo geral analisar os documentos elaborados para o trabalho com famílias no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro, a fim de identificar a direção ideopolítica.

---

<sup>1</sup> Doutor em Serviço Social da Universidade Federal da Santa Catarina (UFSC), Professor no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: claudio.horst@ufop.edu.br

<sup>2</sup> Discente no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: guilherme.castilho@aluno.ufop.edu.br

<sup>3</sup> Discente no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: luisa.alves@aluno.ufop.edu.br

No presente artigo, o objetivo é analisar a instrumentalização da lógica familista no governo Bolsonaro, a partir da forma de responsabilização das famílias por suas condições objetivas mediante programas, projetos, e sucateamento da política social, por compreender o provimento Estatal da proteção social enquanto obstáculo aos interesses e reprodução do capitalismo.

Ao partirmos da conjuntura mundial e brasileira no século XXI, buscamos captar as determinações que possibilitaram a configuração de um novo patamar na história, cuja exacerbação da tendência familista – diante da ascensão da extrema direita no poder – se configura como central. O familismo é compreendido aqui como elemento estruturante não só do capitalismo, mas particularmente da política social brasileira, diante da história da proteção social no país.

Compreendemos que é a partir da formação social brasileira e suas contraditórias expressões nos marcos legais, nas políticas sociais e instituições, que podemos desvelar o caráter familista da política social, que compõem a engrenagem dos diferentes momentos do capitalismo dependente brasileiro, expressando particularidades em cada tempo histórico.

Sendo assim, pensar as políticas sociais no cenário de capitalismo dependente exige reconhecermos o lugar que as famílias historicamente ocuparam como instituição central na dinâmica de produção e reprodução social. Trata-se da tarefa de garantir a proteção social de seus membros: cuidados dos indivíduos na família que vão desde a responsabilidade pelas crianças, idosos, etc.; até a reposição da força de trabalho – majoritariamente realizado pelo trabalho não pago das mulheres; bem como a dinâmica de inculcação dos valores morais, condizentes com a sociabilidade.

Se em uma perspectiva histórica, o Estado brasileiro sempre contou com as famílias – cuja processualidade resultou na formalização na Constituição Federal de 1988 – é a partir dos anos 2000 que a conjuntura econômica, política e social consolidou o familismo como estratégia ideológica *neoconservadora*.

O avanço do que chamamos de neoconservadorismo é, sobretudo, uma reação. Tanto uma reação às intempéries da crise estrutural do capital nos planos da economia, da cultura e da política, como uma reação às diversas lutas e conquistas ocorridas no século XX, seja no mundo do trabalho, seja nas questões de gênero e diversidade sexual, juventude, raça e etnia, geração, entre outras (PINHEIRO, 2015, p. 203).

Na atualidade ultraliberal, de dominância do capital financeiro, materializa-se cada vez mais o ‘*não lugar*’ da política social no capitalismo (MARQUES, 2015). Concomitantemente, em tempos de redução e cortes do financiamento das políticas sociais, sob recursos já historicamente escassos, vivenciamos um reforço político ideológico da centralidade das famílias nas políticas sociais, e de orientações de como exercer o trabalho cotidiano com essas famílias.

Para contribuir no desvelamento do caráter familista no governo Bolsonaro e seus impactos nas diversas políticas sociais, nosso artigo está estruturado em duas partes, afora a introdução e as conclusões. Na primeira parte retomamos algumas reflexões em torno da lógica do familismo e na segunda parte, buscamos contextualizar o fenômeno do bolsonarismo à luz da defesa da família, a fim de identificar elementos “novos” do familismo da extrema direita.

## 2. RETOMANDO OS PRESSUPOSTOS DA LÓGICA FAMILISTA

O familismo é um dos pilares do conservadorismo. Sua lógica consiste em reproduzir a responsabilização das famílias pelos seus membros como algo natural. Logo, a responsabilização das mulheres, como naturalmente responsáveis pelos cuidados, proteção e socialização, e demais serviços do âmbito doméstico que reforçam papéis socialmente construídos. Trata-se da defesa dos papéis típicos da família nuclear patriarcal constituída por pai, mãe, heterossexuais e seus filhos.

Ao mesmo tempo, alimenta a *psicologização* da realidade das famílias, focalizando nas características psicológicas para resgatar e fortalecer os vínculos familiares, em detrimento da realidade de negligência por parte do Estado brasileiro com essas famílias.

A tarefa da lógica familista é a defesa da família tanto no plano *moral* como *socioeconômico*. Reforça-se a defesa do modelo tido como natural, conforme apresentamos acima, com papéis definidos, contrária a pluralidade de famílias que existem. Ao mesmo tempo é valorizada, como unidade privada, natural e logo, dotada de responsabilidades que devem se ampliar na medida em que o Estado recusa a oferecer serviços sociais.

Nessa direção, compreendemos o avanço do neoconservadorismo como

expressão da crise estrutural do capital - agravada pela crise de 2008 - e a pauta da “defesa da família” como elemento comum entre distintos grupos, que se unem no reforço da ideologia *familista*. Nessa conjuntura, o **ultraliberalismo econômico** e o **conservadorismo moral** – que ora apresentam elementos que os aproximam, ora que os afastam, se engendram numa pauta comum (HORST; MIOTO, 2021).

O primeiro, prega a centralidade do mercado e a não intervenção estatal na economia, onde qualquer desigualdade gerada é justa por natureza e há o desfinanciamento das políticas sociais. Sendo assim, se beneficia, frente ao desmonte do Estado, da desproteção estatal pública, do discurso da meritocracia com o possível “fortalecimento das famílias”, já que serão as mesmas as responsáveis pela proteção dos seus membros, particularmente as mulheres.

O segundo, com base no avanço do fundamentalismo religioso, principalmente com o papel das igrejas neopentecostais, mas não só, se aliam as mais diversas forças conservadoras. Na justificativa de defender os valores que não destroem as famílias, trata-se da defesa que o Estado deve se abster de interferir nas relações econômicas e de prover oferta de serviços, mas regular fortemente a ‘vida privada’, “trata-se de reafirmar a família como o âmbito privilegiado para a proteção e para o controle” (BIROLI; QUINTELA, 2021, p.343).

Sob o discurso da “defesa das famílias”, sua materialização é o aprofundamento das desigualdades entre as famílias e no interior das próprias famílias, já que são as mulheres tidas como responsáveis pelas tarefas do cuidado, em conciliar trabalho remunerado ou não, e as demandas de sobrevivência no dia a dia das unidades familiares. Por isso, as famílias que o grupo ultraliberal e os conservadores morais dizem defender são aquelas que *não* têm acesso a saúde, educação, previdência, renda, assistência social, condições mínimas de sobrevivência.

Afinal, “a perspectiva naturalista, que rejeita agendas igualitárias em nome de supostos valores *familiares*, anda de mãos dadas com a normalização de desigualdades e violências” (BIROLI; QUINTELA, 2021, p.346). Nessa direção, vale ressaltar que:

[...] o neoconservadorismo não se apresenta como um sistema coerente de ideias, mas como um compósito ideológico constituído por doutrinas muito diversas e, até mesmo, colidentes entre si, tais como o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e um anticomunismo reciclado. Contudo a heterogeneidade e a colisão das duas partes não impedem que afluam ideários comuns, de cunho moral e político, que tratam de santificar a família, a propriedade e o mercado e, assim como muitos, de demonizar conquistas e costumes relativos aos direitos individuais, sociais e do trabalho, dando indícios do quanto a ambição deste conservadorismo moral ultrapassa o plano doutrinário e a prescrição de condutas reacionárias no plano pessoal (MOTA; RODRIGUES, 2020, p.203).

Portanto, compreendemos o familismo como um mecanismo de dominação ideológica que se reproduz como estratégia para responsabilizar os indivíduos e suas famílias pelo caos instalado pela sociabilidade burguesa. Nesse sentido, a) mascaram os determinantes e fundamentos do sistema do capital e suas crises; b) deslocam as questões, que somente coletivamente poderão ser resolvidas, para o âmbito ‘particular’; c) centraliza as famílias como naturalmente responsáveis pelos seus membros e, no interior destas, constroem o *apassivamento* dos sujeitos, a produção de consensos. Já que se trata de um problema da “minha família” e não da sociabilidade (HORST; MIOTO, 2021).

### **3. UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES? AS BASES DO FAMILISMO NO GOVERNO BOLSONARO**

Para compreensão das determinações que constituíram a conjuntura política nos últimos anos e o crescimento do familismo no Brasil, tomamos como pressuposto alguns fatores cruciais, que não poderão ser desenvolvidos no presente artigo. Nesse sentido, se faz necessário elucidar a *crise estrutural do sistema do capital* (Mészáros, 2011) enquanto principal determinante da crise atual, a *ascensão da extrema-direita* mundialmente, o avanço do *neoconservadorismo*, o *transformismo do Partido dos Trabalhadores* e o caminho percorrido de um governo de *conciliação de classes*, o *golpe na presidente Dilma*, o governo de Temer, até a chegada e triunfo do (des)governo de Jair Bolsonaro, bem como suas consequências devastadoras.

Particularmente nos últimos quatro anos, vivenciamos um momento histórico, cujo recuo civilizatório repõe, novamente, no centro da história, a ideia da família como um microcosmo essencial para a saída da crise estrutural. Pelo menos dois exemplos corroboram tal ideia: o primeiro, pode ser observado pelo retorno fortemente no cenário político brasileiro da reafirmação da família como responsável por colocar o país ‘nos trilhos’ da ordem moral, cívica e econômica. Afinal, o atual presidente do Brasil foi eleito com base em uma campanha que tinha como mote central – assim como seu governo – *a defesa da família*.

O segundo, pois, é o cenário de recrudescimento dos parques direitos garantidos, que reafirmam, novamente, em detrimento destes, *a família como a única responsável pela proteção social dos indivíduos*. A agenda de austeridade junto à redução do Estado na proteção social resulta em maiores responsabilizações e exigências das famílias. A

Secretária Nacional da Família Ângela Gandra explicitou a tendência familista do governo: “A proposta da Secretaria da Família é 'diametralmente oposta' à ideia de intromissão do Estado na esfera privada. O foco na família significa oferecer as bases para que a família possa consolidar-se internamente, sem que políticas públicas orientem suas decisões [...]” (DESIDERI, 2019).

O revisionismo histórico, o anti-intelectualismo, a defesa moralista da ordem, a exclusão e perseguição de grupos sociais e políticos, a moral machista, homofóbica, o nacionalismo, o discurso de ódio, o sucateamento dos direitos sociais, bem como o culto à violência e ao militarismo são características neoconservadoras e neofascistas, que constituíram o governo Bolsonaro (BARROCO, 2022).

Portanto, entende-se como pilares do bolsonarismo segundo Mattos (2020), a teoria neofascista, o nacionalismo limitado à *agitação chauvinista*, representado pelo slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” — que muito se assemelha à ação Integralista Brasileiro (AIB), partido alicerçado nas mesmas bases, e que tinha como slogan “Deus, pátria e família” —, bem como o empenho anti “ideologia de gênero”, a moral religiosa, e a defesa do armamentismo da população, que congregam esforços para a manutenção do capital na conjuntura em que o país se encontra desde então

No Brasil sempre foram construídas estratégias privatistas envolvendo a família, as organizações sociais e a sociedade em geral no provimento da proteção social. A responsabilização das famílias nas políticas sociais se insere num contexto onde os agravamentos das condições de sobrevivência são frutos dos dilemas estruturais de um país de capitalismo dependente. Nesse motim, é importante destacar que a exacerbação do familismo a que temos assistido é resultado também da reposição de esquemas centralizados nas famílias nas últimas décadas. Afinal:

Fomentou-se [...] sutilmente, a reedição dos esquemas controladores junto aos grupos familiares por meio de medidas neoconservadoras e coercitivas, continuamente requisitadas e implementadas, como resposta estéril, mas desmobilizadora, frente às reais problemáticas sociais. Põe-se em marcha uma nebulosa combinação no campo socioassistencial: (1) ao dedicar-se à moldagem de condutas e subjetividades, apossando-se da dinâmica privada das famílias, (2) acaba por contribuir para o arrefecimento da conflitualidade social e política da sociedade de classes – na medida em que recusa e abandona a perspectiva da participação popular protagônica (PAIVA; MATTEI, 2009, p.185).

Na atualidade, a política social tornou-se um obstáculo aos interesses do capital, o que vem exigindo uma série de contrarreformas no que tange aos poucos direitos sociais conquistados. Ao pensarmos que a força de trabalho é superexplorada e ao mesmo tempo as famílias não acessam um sistema de proteção social público e universal, as mesmas são sobrecarregadas cotidianamente, e nos mais diversos serviços com demandas e exigências que *não são capazes de arcar*.

Partimos do entendimento que a centralidade das famílias constitui um processo histórico e não *inédito*. Porém, com ascensão dos governos de extrema direita e materialização de um conjunto de ações ultraliberais, com forte conservadorismo moral, essa centralidade ganhou novos contornos e significados.

Algumas tendências contemporâneas confirmaram esse pressuposto: a) criação pela primeira vez na história do Brasil de uma Secretaria Nacional da Família; b) edital específico do CNPq sobre a temática<sup>4</sup>; c) premiação para políticas familiares; d) a defesa do ensino familiar (homeschooling); e) ocupação do ministério hegemonicamente por grupos conservadores e religiosos; f) alteração na relação entre Estado e sociedade civil (BIROLI; QUINTELA, 2021).

Conforme destacou Lacerda (2019), a 55ª legislatura no país, iniciada em 2015, já nessa conjuntura de avanço neoconservador, observou-se o crescimento absurdo de iniciativas pró-família tradicional. Trata-se do entendimento que a família tradicional é o principal projeto para uma boa sociedade, constituindo frentes que consolidaram o familismo nos últimos quatro anos, quais sejam:

[...] a união dos princípios de autoridade militar e religiosa, associados ao estímulo à livre competição e ao enriquecimento individual; os valores morais rígidos em um mundo de inseguranças; à família como um projeto de boa sociedade. Se as respostas baseadas em políticas públicas de bem estar social parecem longínquas, as respostas neoconservadoras parecem bastante imediatas (LACERDA, 2019, p.204).

Se nos últimos anos – principalmente nos governos do PT (2003-2016) – a família reaparece formalmente como central nas políticas sociais, é no pós-impeachment (2016) com o governo de Michel Temer e na eleição do governo Bolsonaro (2018) que a

---

<sup>4</sup> O financiamento, por exemplo, da produção de conhecimento conservador instituído pelo “Observatório Nacional da Família” tem como objetivo “[...] incentivar o desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionados à temática da família”, dando visibilidade ao papel da família “num cenário privilegiado para a transmissão de valores e de proteção social” (BIROLI; QUINTELA, 2021, p. 353-354).

tendência familista vai se agudizar, como expressão da conjuntura histórica brasileira.

Com o slogan “*Brasil acima de tudo e Deus acima de todos*”, Bolsonaro angariou apoio em massa de mais uma instituição crucial para a reprodução do capital e defesa das famílias: as igrejas/religiões. Consequente a isso, fomentou alguns dos fatores decisivos para a implementação de uma política neoconservadora, que muito anda em conformidade com crenças associadas ao fanatismo religioso: a valorização da tradição, da família, que por muitos anos foram armas institucionais da igreja para controlar, junto do Estado, a população do país.

Destarte, Bolsonaro utilizou, muitas vezes, de passagens bíblicas e mensagens da igreja, bem como partes do Artigo 226 da Constituição<sup>5</sup> onde diz que “é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”, para assegurar que uma família só pode ser constituída *entre homem e mulher*.

Mesmo que hoje a Constituição tenha equiparado a união homoafetiva à garantia de união estável, tais argumentos usados por Bolsonaro garante a reprodução do imaginário popular da família tradicional composta por homem, mulher e seus filhos. Frases como “*a família é a base da sociedade*” coloca em evidência a **sacralização da família** e a responsabilização da família por qualquer “desordem” societária. Melhor dizendo, é dessa forma que o Estado moraliza e produz crenças que são reproduzidas dentro das famílias, de modo que assegure a reprodução de valores conservadores.

A ideologia da família é eficaz na mistificação da origem da crise, no deslocamento das responsabilidades — a partir das decisões tomadas para sua “solução” —, e para a reprodução do familismo, como um mecanismo de dominação ideológica que acarreta na responsabilização das famílias pela condição miserável de vida (HORST; MIOTO, 2021, p.45).

Assim, a defesa da família no discurso bolsonarista não é por acaso: a família é uma instituição que auxilia na reprodução e manutenção do sistema, além de ser também uma forma de justificativa para as crises do capital. Compreende-se aqui, nesse sentido, o familismo como uma ideologia de dominação, reproduzida em âmbito estatal, que culpabiliza a família e tira do Estado a responsabilidade de responder e enfrentar as

---

<sup>5</sup> Para o aprofundamento sobre as disputas em torno da explicação desse artigo da CF/88 e os embates em torno da concepção de família ver: 1) FAMÍLIA, HOMOSSEXUALIDADE E CONSERVADORISMO: discursos no Congresso Nacional brasileiro | Revista de Políticas Públicas 2) Discursos sobre a adoção por casais homoafetivos no Congresso Nacional Brasileiro. | Argumentum



expressões da *Questão Social*, centralizando as famílias como únicas responsáveis por seus componentes, pela desordem da sociedade e ademais particulariza essas expressões como questões individuais (HORST; MIOTO, 2021).

Em uma conjuntura onde o amparo estatal dos direitos não se apresenta de forma universal, gratuita e se encontra instituições e representantes que compartilham de um entendimento individualizante e moralizador das expressões da “Questão Social”, o que se alicerça consequentemente na consciência da classe trabalhadora são correntes de pensamento que resgata o familismo, como o naturalismo, antipluralismo, e o irracionalismo.

Se encarregando do combate a adesão de agendas igualitárias em prol de valores familiares, o termo 'naturalismo' exprime por si só a naturalização das expressões da “Questão Social”. Enquanto assegurando-se na defesa dos mesmos interesses familistas, o antipluralismo defende, principalmente, o combate à “ideologia de gênero” e políticas sobre diversidade sexual. “Na afirmação de que é preciso limitar os temas tratados nas escolas para proteger as crianças, sustentam a falsa ideia de que a família é um espaço de segurança” (BIROLI; QUINTELA, 2021, p. 356).

Por outro lado, o irracionalismo se trata de uma “forma de pensar típica da alienação no capitalismo tardio, que invade e reifica todas as esferas e dimensões da vida social, obscurecendo suas determinações”. (BARROCO, 2017, p. 42).

A política econômica do governo Bolsonaro teve sempre como um dos nortes principais intensificar o ajuste fiscal iniciado em 2015, ainda com Dilma na Presidência, e muito aprofundado por Temer (especialmente com a Emenda Constitucional 95, do “teto de gastos”). O ajuste se combinou a uma ampliação do leque de empresas a serem privatizadas, caracterizando o modelo de política de austeridade radical de Guedes/Bolsonaro (MATTOS, 2020, p. 214).

A pandemia da Covid-19 explicitou para quem o governo Bolsonaro governou. Contrariando o discurso deste e de seus apoiadores, “o sucesso econômico do modelo austeridade só existiu nos discursos das autoridades governamentais” (MATTOS, 2020, p. 215), a conjuntura enfrentada entre 2020-2022 foi capaz de potencializar a necropolítica vigente neste governo, que sequer furando o teto de gastos previsto foi capaz de desempenhar uma atuação conciliatória entre classes — como o fizeram os governos do PT.

No setor da Saúde, o orçamento da pasta para 2023 ficou em R\$10,47 bilhões, “o que inviabiliza programas e ações estratégicas do SUS, tais como: farmácia popular, saúde indígena, e o programa HIV/AIDS”. No âmbito da economia, concretizou-se a promoção do endividamento da classe trabalhadora a partir das políticas de transferência de renda, como Auxílio Brasil e Benefício de Prestação Continuada (BPC), que passaram a ofertar empréstimos consignados aos beneficiários viabilizando o superendividamento destes; tendo em vista o desconto para pagamento da dívida de até 40% do valor do benefício (p. 14).

Ainda no setor econômico, o poder de compra dos brasileiros sofreu as consequências do baixo crescimento do valor do salário mínimo e da alta da inflação. O rendimento médio real caiu nos três primeiros anos do governo Bolsonaro, saindo de R\$2.471,00 para R\$2.265,00, em 2021. O rendimento real per capita de todas as fontes, em 2021, foi de R\$1.353,00, também o menor da série histórica. Em 2019, o salário mínimo comprava 2 cestas básicas, agora compra 1,6 (p. 31).

Retomando outras esferas da seguridade social, a assistência social sofreu no governo Bolsonaro com um contundente corte orçamentário de 96% do valor de 2022 para 2023. Tendo apenas R\$50 milhões destinados ao financiamento do SUAS, que impossibilita o funcionamento dos equipamentos de proteção básica e especial por um mês (p. 14).

No campo dos Direitos Humanos, recorde de feminicídios foram alcançados; mais de 33 milhões de brasileiros passam fome; direitos indígenas foram fortemente atacados; políticas de igualdade racial e social foram desmanteladas; culminando “na descontinuidade de políticas públicas importantes para a promoção e defesa de direitos humanos, como foi o caso do “Plano Viver Sem Limite” e das políticas para a população LGBTQIA+ e para a população em situação de rua” (p. 25).

Assim, diante desse quadro de horrores, acreditamos que a família precisava ser defendida como possibilidade de arcar com o desmonte que vinha sendo realizado em relação à proteção social pública. No que toca a direção ideopolítica de programas sociais do governo, podemos tomar como exemplo, o Programa Famílias Fortes (PFF) e o Projeto Família na Escola (PFE), retratos de como a ideologia da família afetaram políticas sociais nesses quatro anos.

O Programa Famílias Fortes tem como objetivo assegurar o fortalecimento das relações familiares a fim de, conseqüentemente, garantir que crianças e adolescentes se afastem de “condutas de risco”. O programa pretende conduzir mudanças individuais para a supressão de condições que são, na realidade, impostas pelo próprio modo de produção capitalista. Sendo assim, o Estado acaba por transformar características pessoais como objetos de política pública de forma moralista, psicologizante e de responsabilização do indivíduo.

Já o Projeto Família na Escola parte do pressuposto que as “habilidades para a formação de crianças e jovens não são adquiridas de maneira intuitiva, é necessário que elas façam parte de um processo de formação de pais e educadores, em parceria com o Estado”. Sendo assim, a aquisição e o uso dessas habilidades na administração da família ou em contextos de ensino escolar são ferramentas importantes para reduzir problemas de comportamento das crianças, promover o bom desempenho escolar e favorecer a tomada de decisão frente às condições adversas enfrentadas no dia-a-dia.

Ao olharmos para os pressupostos que ambos tomam para explicar a origem dos “problemas” que desejam resolver, se escancara o caráter conservador, pois familista: “Alto índice de práticas parentais negativas manifestadas na forma de negligência parental e violência familiar, provocando graves prejuízos no desenvolvimento integral da criança, inclusive no âmbito escolar” (BRASIL, 2021).

Na contramão do que as pesquisas historicamente vêm demonstrando é a relação direta – e por vezes indireta – entre ausência de proteção social, ausência de apoio estatal nos serviços públicos que resultam em diversas formas de “negligência” e violências. Portanto, trata-se de uma relação que precisa ser compreendida a partir da ausência de políticas públicas na vida das famílias e seus impactos no acompanhamento escolar. E não localizar – apenas – a origem dos problemas do âmbito escolar nos pais e mães.

Conforme compreendemos, tais programas/projetos reeditam pressupostos e metodologias de trabalho com famílias com acentuado teor psicologizante, individualista e moralista, pois, centrada nas mudanças de projetos individuais dos sujeitos para a superação de condições concretas de vida, como a pobreza. Ou seja, em detrimento do acesso aos direitos sociais que garantem melhores condições de vida, tais conteúdos hipotecam a mudança de vida dos sujeitos atendidos à redefinição de características pessoais, de caráter, às mudanças subjetivas que, a nosso ver, não deveriam ser objetos de políticas públicas.

O slogan de Bolsonaro (Deus, Pátria e Família), entretanto, diz de forma evidente quais são suas propostas: a valorização de Deus e da figura religiosa como maior instituição moral; a imagem da pátria enquanto ídolo e o imaginário de nobreza ao sacrifício por ela, e a valorização da família, que oculta mecanismos de controle da ordem e da moral tradicional. No entanto, os dados da realidade brasileira nos levam a questionar a materialidade da “defesa da família” tão propagada pelo neoconservadorismo e pelo governo Bolsonaro. Trata-se, de um projeto completamente contrário às famílias da classe trabalhadora, porém com ampla adesão e mobilização ideológica.

No que diz respeito à gravidade da acentuada pobreza no país, o site *Brasil de Fato* publicou uma reportagem elaborada por Gabriela Moncau, que demonstrou o alastramento da fome no Brasil. Segundo a matéria, 6 a cada 10 famílias brasileiras não possuem condição plena de garantia à alimentação. Mais da metade dos brasileiros (58,7% da população) vivem em condição de insegurança alimentar. Uma pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional comprova que o país voltou ao mesmo estágio de insegurança alimentar de 1999. É imprescindível destacar, ainda, que os fatores gênero, raça e classe são novamente determinantes fundamentais no que se refere aos principais sujeitos impactados pelos dados retratados.

Nesse sentido, famílias são sobrecarregadas a partir de um sistema ineficaz de proteção social que não se compromete, de fato, com as necessidades reais da classe trabalhadora, uma vez que normas e instrumentos legais burocratizados fazem com que famílias sejam responsabilizadas às exigências legitimadas por políticas de difícil acesso. Mais uma vez, há uma tentativa do capital em dar ênfase às possibilidades privadas, particulares. Ou, senão, pela via do mercado e/ou pela família, culminando em um imaginário popular que o direito a uma proteção social estatal, pública e gratuita deve ser buscado no mercado e, conseqüentemente, as famílias são responsáveis por não alcançar seus direitos. Nestes termos, compreendemos que:

A família é alçada à condição de instituição que estrutura a sociedade capitalista (“a família é a base da sociedade”), donde as determinações advindas da lei geral da acumulação capitalista, da exploração do trabalho, devem ser explicadas a partir dos modelos familiares que não seguem o padrão patriarcal-monogâmico burguês e/ou pelo desvio moral de seus membros, mas nunca como expressões de uma sociabilidade estruturada na violência, exploração e opressão (HORST; MIOTO, 2021, p. 36).

Dessa forma, é evidente a contradição de um discurso político em defesa da família, uma vez que são essas mesmas famílias as vítimas do desamparo do Estado, ao responsabilizá-las por uma crise cíclica e estrutural do modo de produção capitalista. Portanto, o que a análise da proteção social ofertada via projetos, programas e serviços, que constituem uma política social própria demonstra, é uma concepção de proteção social defendida pela extrema direita, qual seja: que a política social deve ser mínimas e residuais, onde as principais instâncias para a oferta da proteção social são o mercado e outras instâncias privadas não mercantis: Família. A proteção social não é compreendida como direito, e seu objetivo primeiro é a preservação do capitalismo, escancarando a concepção de política social e proteção social da extrema direita (PEREIRA, 2016).

Portanto, devem se materializar: A) na responsabilização dos próprios sujeitos e famílias; B) com teor *psicologizante, individualista e moralista*, eixo fundamental e estruturante de todas as frentes voltadas para a proteção social oferecida pelo MMFDH, durante o governo Bolsonaro, conforme consta abaixo.



#### 4. CONCLUSÃO:

A psicologização das expressões da “Questão Social” nas frentes do MMFDH busca se materializar em terapias de ajustamento e moralização dos comportamentos. Ou seja, em detrimento do acesso aos direitos sociais que garantem melhores condições de vida. Tais projetos como Famílias Fortes e Família na Escola,

hipotecam a mudança de vida dos sujeitos atendidos à redefinição de características pessoais, de caráter, às mudanças subjetivas que, a nosso ver, não deveriam ser objetos de políticas públicas.

Assim, o Estado por meio do grupo no poder, utiliza da culpa, da responsabilização e da psicologização para retirar de si deveres institucionais — a proteção social estatal pública e universal. Sendo esses alguns dos elementos intrínsecos do familismo neoconservador, é evidente o beneficiamento estatal frente ao desmonte de políticas públicas e garantia de direitos; o que nos leva a compreensão de que a ausência estatal é um posicionamento estratégico, que garante menos dispêndio financeiro e, ainda, máscara sua insuficiência.

Apesar dos dados parciais da pesquisa se referir mais diretamente as políticas sociais – e seus programas, projetos e ações – vinculadas ao MMFDH, nossos estudos vem demonstrando que se trata da tendência geral da política social ofertada pelo governo bolsonaro nos últimos quatro anos. Conforme outras pesquisas vêm demonstrando, o familismo se expressou nas relações internacionais; na educação; na economia; nas forças armadas (LACERDA, 2019). Entre outras frentes, sempre sob a perspectiva que família e Deus estão no cerne da visão de um bom governo, pelas diversas questões apresentadas ao longo do texto, e que impactaram diretamente na política social, cujos estudos e desvendamentos precisam avançar ainda mais.

A novidade do familismo aqui, se expressa, portanto, pela forte defesa da família publicamente, na compreensão que o Estado deve intervir nas famílias, porém, sem oferta e garantia de proteção social pública e estatal, ou com políticas sociais ainda que mínimas e focalizadas. A reprodução do familismo se caracteriza pelo controle das famílias e dos esforços psicologizantes e comportamentais para que elas superem as condições de pobreza e outros ‘problemas’, sem nenhum apoio socioassistencial, benefícios, e/ou recursos financeiros.

## REFERÊNCIAS

BIROLI, F; QUINTELA, D. F. Mulheres e direitos humanos sob a ideologia da “defesa da família”. In: AVRITZER, L; KERCHE, F; MARONA, M. (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. 1. Ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021

DESIDERI, L. **Do discurso à prática**: o que o governo Bolsonaro fez em defesa da família. *Gazeta do Povo*, Brasília, DF, 24 dez. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-que-bolsonaro-fez-na-defesa-da-familia-2019>. Acesso em: 06/07/2020.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre, RS. Zouk, 2019.

HORST, C. H. M; MIOTO, R. C. T. Crise, Neoconservadorismo e Ideologia da Família. In: Beatriz Augusto de Paiva; Simone Sobral Sampaio. (Org.). **Serviço Social, Questão Social e Direitos Humanos**. 1. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2021, v. IV, p. 1-479.

MARQUES, R. M. O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. In: **Argumentum**, Vitória (ES), v.7, n. 2, p. 7-21, jul./dez. 2015.

PAIVA, B. A; MATTEI, L. Notas sobre as políticas sociais no Brasil: a primeira década do século XXI. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.8, n.2, p. 175-194, jul/dez. 2009.

PINHEIRO, P. W. M. Serviço Social, Neoconservadorismo Religioso e o Desafio para a formação profissional. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 15, n.29, jan/jun. 2015.

PEREIRA, C. P. **Proteção social no capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.